



DESASSOSSEGO

LIVROS PARA PENSAR

TÍTULO: *Impérios ao Sol: a Luta pelo Domínio de África*

AUTORIA: *Lawrence James*

EDITOR: *Luís Corte Real*

Esta edição © 2018 Edições Saída de Emergência

Título original *Empires in the Sun* © 2016 Lawrence James. Publicado originalmente no Reino Unido por Weidenfeld & Nicolson, The Orion Publishing Group Ltd, 2016

TRADUÇÃO: *Susana Sousa e Silva*

REVISÃO: *Luís Guimarães*

COMPOSIÇÃO: *Saída de Emergência, em caracteres Minion, corpo 11*

DESIGN DA CAPA: www.us-now.com/Orionbooks

IMPRESSÃO E ACABAMENTO: *Caflesa – Soluções Gráficas, Lda.*

1.ª EDIÇÃO: *julho, 2018*

ISBN: *978-989-8892-17-1*

DEPÓSITO LEGAL: *442395/18*

Desassossego é uma chancela do Grupo Saída de Emergência

Taguspark, Rua Prof. Dr. Aníbal Cavaco Silva,

Edifício Qualidade – Bloco B3, Piso 0, Porta B,

2740-296 Porto Salvo, Portugal

TEL.: *214 583 770*



WWW.SDE.PT



[EDICOESDESASSOSSEGO](https://www.facebook.com/EDICOESDESASSOSSEGO)



[EDITORA.SAIDA.DE.EMERGENCIA](https://www.instagram.com/EDITORA.SAIDA.DE.EMERGENCIA)



[@EDDESASSOSSEGO](https://twitter.com/EDDESASSOSSEGO)



«Vendidos como Galinhas»: A Escravatura e o Tráfico de Escravos

I

A escravatura e o tráfico de escravos constituíam uma barreira enorme, mas não inamovível, ao progresso de África. Ambos falseavam o desenvolvimento social e económico e eram causa de guerras constantes. Esta era uma posição ardentemente defendida pela Grã-Bretanha e também pela França, embora com menos veemência. Os impérios católicos e reacionários de Espanha e de Portugal, onde a escravatura e o tráfico de escravos foram permitidos até ao último quartel do século XIX, discordavam. Os negreiros árabes e africanos insistiam em afirmar que se dedicavam a uma atividade legitimada pela História e economicamente necessária e rentável. «Só pensava nos negócios», foi a imagem deixada na memória popular por Rashid Masidi, um traficante de escravos de etnia swahili que viveu no final do século XIX e que operava na região ocupada atualmente pela Tanzânia.*¹⁵ As leis do mercado e os elevados rácios de rentabilidade sobrepunham-se às demais considerações e os negreiros estavam prontos a lutar para as defender e manter.

A escravatura não pesava na consciência islâmica. Salme Sayyid, filha do sultão Sayyid al-Busaidi, de Zanzibar, acreditava que todos os escravos desfrutavam de uma boa vida: «Não têm preocupações pessoais e o seu bem-estar é sempre cuidadosamente acautelado.»¹⁶ Como veremos, trata-se de um equívoco. Para Salme, o elemento importante residia no imposto cobrado pelo pai e o irmão mais velho, o sultão Madjid, sobre o preço de cada escravo vendido no mercado de Zanzibar. Como todos os que seriam prejudicados pelo fim do tráfico de escravos, os sultões Al Busaidi sentiam-se

* Os swahilis descendiam de árabes e africanos (n. de. a.).

profundamente indignados com a campanha abolicionista empreendida pela Grã-Bretanha. Em 1854, Sir Richard Burton apercebeu-se de que, por conta da guerra naval contra o tráfico de escravos, a Grã-Bretanha era a nação europeia mais odiada na Somalilândia. Os árabes de Zanzibar referiam-se ao sempre vigilante HMS *Lyra*, navio da marinha real britânica, como *el shaleen* (o-diabo).

Os registos dos sentimentos das vítimas do tráfico de escravos são raros. As reminiscências das operações de captura de escravos dos finais do século XIX, ainda hoje presentes na memória popular senegalesa, deixam transparecer a sensação de insegurança permanente que se vivia nas zonas onde bandos armados de raptos espalhavam o terror pelas povoações.¹⁷ Todavia, os negreiros eram bem acolhidos pelos aldeãos de uma parte da bacia do Congo, que lhes vendiam os seus chapéus maus, incluindo os de bruxas e ladrões.¹⁸ A alegria sentida pelos escravos libertos, tal como é descrita na literatura antiesclavagista, é sem dúvida autêntica, mas não é menos certo que a desorientação e até o desespero se apoderavam dos homens e mulheres livres quando se achavam em terras estranhas, desamparados e sem emprego.

Um oficial do HMS *Wasp* perguntava-se que destino estaria reservado às jovens escravas resgatadas pelo seu navio e desembarcadas em Mahé, nas ilhas Seychelles, uma colónia britânica. O mesmo se verificou na Serra Leoa, para onde as vítimas do comércio atlântico começaram a ser enviadas a partir de finais do século XVIII. Aqui e noutras regiões, o governo britânico apoiou-se nas missões enquanto garantes de trabalho e alojamento. As missões situadas nas proximidades da base naval, no Gabão, também reinstalavam escravos resgatados por navios de guerra franceses.

II

Antes de retomar as diligências para a erradicação do tráfico negreiro, na sua maioria britânicos, importa analisar a sua extensão e a sua natureza. As estatísticas referentes ao comércio de escravos, que não sendo rigorosas permitem ter uma percepção valiosa, embora aproximada, da sua magnitude, ajudam a explicar a força dos interesses instituídos que o justificavam e a compreender por que razão demorou tanto tempo a ser eliminado. Os cálculos do tráfico de escravos também sugerem, de forma

salutar, que se tratou de uma atividade multirracial que enriqueceu não só europeus mas também árabes, turcos, egípcios e africanos.

Até ao início do século XIX, a maior parte da atividade negreira estava concentrada no Atlântico. Em 1800 existiam dois milhões de escravos no Brasil, 900 mil nos Estados Unidos e 800 mil na América espanhola, todos eles originários da África Ocidental ou Oriental. A maioria trabalhava nas plantações de algodão, açúcar e tabaco, que abasteciam um mercado maioritariamente europeu.

O tráfico de escravos estava sujeito às leis da oferta e da procura e a pressões de natureza política, tal como qualquer outra iniciativa capitalista. O rápido crescimento da produção algodoeira nos estados do Sul dos Estados Unidos da América, a partir de 1820, levou a uma crescente procura de mão de obra escrava e a uma importação anual de 100 mil escravos, em meados da década de 1840. Em 1861, a política imiscuiu-se de forma inesperada: a deflagração da Guerra Civil fez cessar a importação de escravos para os estados confederados, via Cuba, e o bloqueio imposto pela União levou à interrupção das exportações de algodão. O beneficiário deste abrandamento no cultivo de algodão foi o Egito, que passou a necessitar de um contingente anual entre 30 e 35 mil escravos africanos para satisfazer as novas necessidades de produção. Alguns foram recrutados como soldados para o exército egípcio diretamente dos campos de algodão. Em 1863, o quediva Ismail contratou várias centenas para combaterem como mercenários ao lado das forças de Napoleão III, em regiões do México afetadas pela malária durante a malfadada tentativa de anexação do país empreendida pelo imperador.¹⁹

Entre 1846 e 1850, num claro desafio aos navios de guerra britânicos e desobedecendo aos tratados internacionais assinados por Portugal, 50 mil escravos foram secretamente transportados de Angola e Moçambique para trabalharem nas plantações de café brasileiras.²⁰ Eles estão entre as derradeiras vítimas do comércio de escravos no Atlântico, cuja magnitude e atrocidades são sobejamente conhecidas na Grã-Bretanha e na América, graças a uma exaustiva investigação que continua a inspirar um sentimento ancestral de culpa moral nos dois países.

A bibliografia sobre a escravatura africana é seletiva e desequilibrada, pois ignora em grande medida o tráfico de escravos praticado por árabes e africanos. Este igualava em dimensão — e talvez até ultrapassasse — o comércio atlântico e, em algumas regiões, persistiu até ao início do século XX. Na década de 1860, entre 60 e 100 mil escravos oriundos do Norte de

Moçambique e da zona da atual Tanzânia atravessavam Zanzibar para depois serem levados por via marítima para a Arábia e o golfo Pérsico.²¹ Ao mesmo tempo, mais de metade dos 230 mil habitantes de Zanzibar eram escravos que trabalhavam em plantações e em residências de famílias árabes.

Na década de 1870, cerca de 30 mil escravos da Abissínia e do Sul do Sudão eram expedidos, anualmente, em *dhow*s, que faziam a travessia do mar Vermelho rumo à Arábia. Estas regiões também forneciam mulheres e eunucos aos mercados de escravos do Egito e da Turquia. Os totais referentes ao comércio de escravos na região do Sara, muito mais vasto, são difíceis de quantificar. Segundo estimativas dos cônsules britânicos para a década de 1850, todos os anos eram vendidos cerca de cinco mil escravos, em Tunes, conduzidos até aí por via terrestre, depois de terem sido capturados em territórios que hoje fazem parte do Mali, do Níger e do Norte da Nigéria. Em 1855, um carregamento de mil escravos foi despachado em Tunes com destino a Creta, então sob domínio otomano, tendo alguns sido vendidos a compradores da Albânia, à época uma província turca. A escravatura africana alcançava, assim, as franjas da Europa.

Os tormentos impostos às vítimas do comércio de escravos, controlado pelos árabes, não eram diferentes dos que eram infligidos aos sacrificados do tráfico negreiro do Atlântico. Um dos raros relatos na primeira pessoa que chegaram até nós pertence a Saaba Fula, que foi comprada por um explorador francês, Victor Largeau, no mercado de escravos de Ouargla, no Sudeste da Argélia, em 1877. Saaba tinha entre 16 e 18 anos e fora raptada por salteadores árabes que assediavam as aldeias situadas nas margens do Alto Níger. O pai e os irmãos foram assassinados enquanto ela e a mãe foram forçadas a empreender uma penosa caminhada de mais de 1500 quilômetros para norte através do deserto do Sara. A caravana de escravos deslocava-se durante a noite para evitar o calor, mas, ainda assim, muitos escravos morreram de fome, desidratação e fadiga. A mãe de Saaba foi uma das vítimas: «Seguiu-me durante muito tempo, ora gemendo ora chorando, mas de repente deixei de ouvi-la. Penso que os árabes a mataram.» À chegada a Ouargla, Saaba foi posta à venda juntamente com uma dezena de outras raparigas, vestidas com túnicas de algodão azul. Largeau descreveu-as de pé ou de cócoras, «de olhos fechados e cheios de lágrimas». Pagou 650 francos (cerca de 60 libras) por Saaba, que «soluçava convulsivamente», recordando que lhe haviam dito que os franceses comiam negros. Depois, «recompondo-se, despediu-se das companheiras e seguiu-me em passo decidido».²² Sem o saber, fora libertada. A sorte bafejara-a duas

vezes, pois as perdas de prisioneiros nestas caminhadas através do deserto eram de um a dois terços.

É impossível conhecer os números exatos do comércio de escravos africanos localizado e indígena. Todavia, o facto de sabermos que, nos 20 anos que se seguiram à ocupação de Tombuctu pelos franceses, em 1894, meio milhão de antigos escravos rumaram para sul, com destino às suas regiões de origem, dá-nos uma ideia da sua magnitude.²³

O cômputo do comércio de escravos árabe e indígena fala por si. No entanto, os descendentes dos que o praticaram têm revelado uma extraordinária amnésia histórica. O sentimento coletivo de vergonha moral e de arrependimento que tem marcado gerações de europeus e americanos nunca atormentou turcos, egípcios e árabes.

III

As estatísticas mostram que a escravatura estava profundamente enraizada na estrutura das economias de vastas zonas de África. Foi isso que convenceu os filantropos britânicos de que a escravatura constituía uma barreira ao progresso social e económico. A sua erradicação abriria o caminho a uma profunda revolução económica. O comércio «lícito» de mercadorias, como o óleo de palma, a madeira e os minérios desconhecidos que se pensava existirem algures nos maciços montanhosos do continente, criaria novas e impolutas fontes de riqueza. A proposta era atrativa: os africanos prosperariam e, com os seus novos proventos, comprariam produtos ingleses.

Era esta a visão de David Livingstone. Quando não se encontrava em viagens de exploração pela África Central e Austral a pregar o evangelho aos povos destas regiões, exortava a nação britânica a redobrar esforços na luta contra a escravatura. Em causa estava a regeneração de todo o continente, pois, conforme Livingstone vaticinou em diversas ocasiões, o fim da escravatura seria o advento de uma era dourada caracterizada pela estabilidade e a prosperidade generalizadas. Em 1854 anteviu o rio Zambeze repleto de navios a vapor carregados de culturas de rendimento, tecidos e artigos de metal de fabrico britânico.

Livingstone era idolatrado pela opinião pública britânica e, no fim da sua vida, tornara-se uma personalidade de renome internacional. Quando «desapareceu» no Norte da Tanzânia, em 1866, o *New York Herald*

contratou Henry Morton Stanley para descobrir o seu paradeiro, custasse o que custasse. Livingstone era um escocês de origens humildes que, graças à sua dedicação e perseverança, conseguiu formar-se e tornar-se médico e clérigo. Encarnava o ideal vitoriano de um Cristianismo ativo e viril, era imbuído de uma fé ardente e prática e tão corajoso como os muitos leões que enfrentou nas suas expedições. Os seus livros de viagem eram êxitos comerciais, apresentava palestras e pregava em todo o país, e a sua mensagem, baseada nas suas experiências, não deixava ninguém indiferente. Os seus relatos em primeira mão dos ataques perpetrados por bandos de caçadores de escravos, em que o desespero das mães e o pavor das crianças eram descritos com grande ardor e vivacidade, comoviam os corações dos seus ouvintes. Acima de tudo, porém, foi a sua defesa insistente de que «Cristianismo, civilização e comércio» eram os remédios para os males de África que ficou gravada na consciência política dos britânicos. Livingstone ensinou à sua geração, e às que se lhe seguiram, que era possível salvar os africanos de si mesmos.

Em certo sentido, Livingstone pregava aos conversos, na medida em que o movimento antiesclavagista fora já incorporado pela cultura política inglesa. No final do século XVIII a opinião pública mobilizara-se contra o comércio de escravos pelos britânicos, que, como vimos, foi proibido em 1807, e contra a escravatura nas colónias britânicas, ilegalizada em 1833. Estas duas importantes vitórias políticas foram o prelúdio de uma nova contenda: a eliminação definitiva do comércio de escravos internacional. Era este o objetivo dos grupos de pressão missionário e antiesclavagista, maioritariamente compostos por cidadãos da classe média, cuja influência política era considerável.

A escravatura causava repulsa aos britânicos, pois constituía a negação da liberdade individual que haviam conquistado no século XVII, quando um radical proclamara insistentemente que «os mais pobres, tal como os mais ricos, têm uma vida para viver». A liberdade individual definia o caráter nacional. Em *Rule Britannia!*, o hino de batalha que expressa o triunfalismo setecentista, afirma-se que os «britânicos jamais serão escravos». A liberdade inglesa era indissociável do progresso assinalável alcançado pelo país, desde que incentivara os indivíduos a desenvolverem os seus dons naturais e a progredirem. Era, por isso, correto e justo que esta liberdade benéfica fosse alargada aos povos de todo o mundo.

Contrariamente ao inglês «nascido livre», o escravo era uma criatura degradada, despojada da sua humanidade, incapaz de decidir o seu futuro,

ou o da sua família, e a quem era negada toda e qualquer forma de expressão das suas capacidades inatas. «Um escravo é uma *pessoa* pervertida numa *coisa*», escreveu Coleridge. Quem estivesse ligado ao comércio de escravos carregava dentro de si uma mácula moral. Todo o homem que mantinha outro como seu bem móvel e o vendia perdia a sua própria humanidade. O economista Adam Smith afirmou: «Não há um negro da costa de África que não... possua um grau de magnanimidade que, não raro, a alma do seu sórdido senhor é incapaz de acolher.»

A bibliografia que apresentava descrições explícitas das crueldades e humilhações infligidas aos escravos era profundamente perturbadora. Outra coisa não seria de esperar de um país onde, num epitáfio datado de 1799, na abadia de Dorchester, é possível ler que uma senhora de tendências claramente românticas morreu «vítima de uma excessiva sensibilidade». Seria interessante saber como teria reagido ao relato comovente de Mungo Park sobre o seu encontro com uma mãe nigeriana pobre, obrigada a entregar o filho a um negreiro para preservar a própria vida: «Meu Deus, pensei, qual não deve ser o sofrimento de uma mãe por ter de vender o próprio filho.»

Os vitorianos de meados do século XIX eram os herdeiros do espírito dos movimentos romântico e evangélico e, como tal, sentiam uma forte empatia com a impotência e o sofrimento dos escravos. As engrenagens que faziam mover o comércio de escravos causavam repugnância a um povo para quem o decoro e a dignidade humana eram da maior importância. A reação do augusto pró-cônsul Sir Bartle Frere, ao percorrer o mercado de escravos de Zanzibar, em 1873, é bem elucidativa:

A inspeção realizada às mulheres era ainda mais repugnante. Velhos debochados, papudos e cobertos de tatuagens, feitas com hena, devoravam-nas com o olhar, apalpavam-nas da cabeça aos pés diante de uma multidão de curiosos, como se fossem comerciantes de gado ou negociantes de cavalos, até que, por fim, encontrando uma que parecia ser satisfatória, comprador, vendedor e mulher se recolhiam atrás de uma cortina da barraca para aí proceder à derradeira inspeção.

Isto fomentava um sentimento de afronta moral que transcendia as lealdades políticas e religiosas e permeava todos os quadrantes da sociedade. Em 1824, o ministro dos Negócios Estrangeiros do governo

conservador, George Canning, resumiu a política oficial inglesa em relação à escravatura e ao comércio de escravos declarando, perante a Câmara dos Comuns, que a luta contra a escravatura era «uma questão de direito, humanidade [e] moral» e que o triunfo da mesma transformaria para melhor «toda uma classe de seres humanos, que são nossos semelhantes». A sua posição manteve-se válida até ao final do século e constituiu uma fonte de enorme orgulho nacional. Lorde Palmerston, outro paladino da luta contra a escravatura, interpretou a disponibilidade da Grã-Bretanha para sair a terreiro por esta causa como a expressão de um elevado «caráter» nacional.

A Grã-Bretanha estava ao lado dos fracos e oprimidos e era uma nação com uma forte consciência da sua missão coletiva cristã. Em 1859, Samuel Wilberforce, bispo de Oxford («Soapy Sam»*), lembrou aos negociantes de Liverpool que pertenciam a uma nação que «fora cumulada com as bênçãos de Deus», o que, em si, era razão suficiente para se sentirem obrigados a praticarem o bem no mundo. Os antigos e novos conceitos sobre qual era a obrigação humanitária global da Grã-Bretanha fundiram-se e, após a ocupação do Egito, em 1882, políticos e jornalistas teriam mais facilidade em reunir apoios para as políticas de anexação em África.

Os diplomatas ingleses persuadiram a Rússia, a Prússia, a Áustria e a França a proibi-rem, no Congresso de Viena, em 1815, o comércio de escravos e a marinha francesa enviou uma pequena esquadra de combate à escravatura para as águas da África Ocidental. O trabalho escravo fora abolido em todos os territórios coloniais franceses na época da I República, em 1794, tendo sido restabelecido por Napoleão, em 1802, até ser, finalmente, proibido pela II República, em 1848. Nos 50 anos seguintes, a proibição fora aplicada sem rigor e de forma aleatória. Os franceses não só tratavam a questão da escravatura com displicência como, em certos círculos, imperrava a ideia de que o negro era dotado de um temperamento que, de certo modo, o tornava apto para o trabalho escravo. O general Louis Faidherbe, nomeado governador do Senegal, em 1854, afirmou: «Ninguém pensaria em escravizar árabes, pois eles assassinariam o seu dono.»²⁴

A posição francesa acerca da escravatura era secundária, mas a da Grã-Bretanha contava, pois era a nação mais rica do mundo, dominava o comércio internacional e estava no bom caminho para se tornar a banqueira do mundo. Não foi por acaso que, após uma década de prevaricação, o quediua Ismail cedeu às pressões diplomáticas britânicas e

* «Soapy Sam», expressão que designa um indivíduo traiçoeiro e dado à adulação e à bajulação (n. de t.).

se empenhou na erradicação do comércio de escravos egípcio e sudanês, em 1877. Pouco mais podia fazer, uma vez que o seu país se encontrava à beira da bancarrota e a Grã-Bretanha era um dos seus maiores e mais impacientes credores. Em última análise, era preferível conservar a boa vontade dos ingleses e abdicar da taxa de 10% que recebia por cada escravo vendido no Egito.

A Grã-Bretanha também recorreu à força para vencer o seu combate contra a escravatura. Era a maior potência naval do mundo e, a partir de 1807, sucessivos governos usaram a Royal Navy numa guerra contra os negreiros nos oceanos Atlântico e Índico. Na década de 1850, estas operações custavam 700 mil libras por ano e envolveram, em média, a mobilização de 25 navios de guerra para África.

IV

A ofensiva diplomática britânica contra o comércio de escravos foi um combate moroso e frustrante. Entre 1820 e 1882, o Ministério dos Negócios Estrangeiros inglês assinou três dezenas de tratados com diferentes Estados, que se comprometeram a proibir o tráfico. Os retrocessos eram frequentes, em particular por ausência de vontade ou por falta de meios para aplicar as novas regras. Espanha, Portugal e o Império Otomano eram os maiores infratores. Em 1840, o sultão explicou a Lorde Ponsonby, o embaixador inglês, que embora reconhecesse a superioridade da Grã-Bretanha na ciência, nas artes e na guerra, rejeitava cabalmente a ideia da sua superioridade moral.²⁵ Esta, quanto a ele, assentava no Alcorão. Tal como os outros governantes decididos a esquivarem-se às exigências britânicas a favor da abolição do comércio de escravos, o sultão sabia que este era a base da economia do seu império.

A escravatura era também uma componente fundamental nas economias de vastas regiões da África Ocidental. Um escravo africano trabalhava nos campos do seu amo, cuidava dos seus animais e executava as fastidiosas tarefas diárias do serviço doméstico para a mulher do seu senhor. A reserva de escravos domésticos tinha de ser constantemente reposta, pois as mulheres mantidas em cativeiro tendiam a não ter filhos.

A riqueza gerada pela escravatura foi um fator crucial na política africana. Os empreendedores indígenas acumulavam fortunas e investiam-nas nas tropas e no armamento moderno de que necessitavam para

organizar e defender as suas zonas de captura. Estes exércitos privados eram, em muitos aspetos, semelhantes às «milícias» recrutadas e armadas pelos modernos senhores da guerra da África Central e Ocidental, uma vez que governavam Estados concorrenciais formados por escravos-guerreiros e em permanente conflito. Estas disputas de território intensificaram-se à medida que o mercado de escravos se foi deslocando devido à pressão exercida pela marinha britânica. Alguns pontos de venda conseguiram manter-se ativos: na década de 1880, um número cada vez mais reduzido de negreiros passou a operar a partir de Moçambique, com a conivência das autoridades portuguesas. Noutras paragens, não era invulgar fazer de conta que nada se passava, e, em 1888, um navio de guerra inglês que patrulhava o oceano Índico intercetou 15 *dhow*s registados em França carregados de escravos.

O comércio negreiro funcionava como uma forma de ascensão social para chefes ambiciosos que desejavam elevar o seu estatuto e alargar o seu poder. Os reinos do Daomé e de Lagos, situados na África Ocidental, conquistaram poder e riqueza, no século XVIII e início do século XIX, providenciando escravos aos negociantes europeus. Em 1850, os dois Estados eram objeto de pressões cada vez mais fortes por parte da Grã-Bretanha, mas a distância impedia que essa coação se fizesse sentir no interior do continente, pelo que as franjas a sul do Sara e o interior da África Oriental, até à região dos Grandes Lagos, continuaram a fornecer aos negreiros a tão desejada matéria-prima.

Aqui vivia José de Andrade. Filho de um chefe e de uma goesa, criou um Estado praticamente independente no Oeste de Moçambique, durante as décadas de 1870 e 1880, apenas com base nos rendimentos obtidos com o tráfico de escravos. Possuía armas de fogo modernas e os seus homens percorriam as regiões vizinhas em busca de escravos, que eram depois levados até ao litoral e embarcados, sub-repticiamente, em portos portugueses com destino ao Brasil e a Cuba. Andrade era uma figura terrível e, a acreditar no imaginário popular local, sempre que avistava abutres voando em círculo perto da sua povoação mandava matar um homem ou uma mulher para lhes diminuir a fome. A sua alcunha era «Kanyemba» («o Feroz»);²⁶

Contemporâneo de Kanyemba, Al-Zubayr Rahma Mansur era um negociante caiota que operava a partir de Cartum. Na década de 1870 controlava um exército de mil homens que se dedicava à captura de escravos no Sul do Sudão e, à semelhança de Andrade, agia como o governante de um Estado independente. Os esforços retardatários envidados pelo queda

Ismail para proibir o comércio de escravos deixaram Al-Zubayr numa posição precária. A abolição da escravatura, no Sudão, inflacionou os preços dos escravos no Cairo. Os seus agentes contrabandeavam, em média, cerca de mil cativos por ano para o Egito, pagando oito libras por cada um, em Cartum. Em 1877, os preços praticados no Cairo variavam entre 100 e 200 libras para indivíduos negros do sexo masculino, chegando a atingir as mil libras no caso das graciosas abissínias, as preferidas dos oficiais do exército egípcio, que as queriam para suas concubinas. Os escravos destinados ao serviço doméstico eram denominados «animais falantes» pelos seus donos, que os batizavam com nomes que enfatizavam a sua condição degradada. O tratamento amável que, segundo os muçulmanos, seria dispensado aos escravos é falso. No Cairo estavam também à venda escravas brancas de origem circassiana, raptadas na fronteira turco-russa, cujo preço podia chegar às dez mil libras.²⁷

Em 1877 o quediua Ismail nomeou o coronel Charles Gordon para o cargo de governador-geral do Sudão e incumbiu-o da missão de pôr fim ao comércio de escravos. Evangélico fervoroso e determinado, Gordon Paxá acreditava, tal como Cromwell, que era um soldado escolhido pela divina providência para cumprir a vontade de Deus. Um dos seus primeiros alvos foram os negócios de Al-Zubayr, tendo derrotado o seu exército e ordenado a execução do seu filho, Suleimão, em julho de 1879. Porém, a campanha de Gordon depressa enfraqueceu, devido à crise financeira que afetou o Egito e à eclosão da revolta mahdista, no Sudão.

Al-Zubayr e Kanyemba eram tubarões, mas não faltava peixe miúdo interessado em lucrar com o tráfico negroiro. Entre eles estavam os bandos de salteadores africanos que atormentavam as povoações dispersas em redor de Souroudougou (Burkina Faso), na década de 1880. Armavam cila-das a famílias, matando os pais e levando as mulheres e os filhos, que «eram vendidos como galinhas».²⁸ Nos períodos de fome não era necessário recorrer à violência, pois os pais estavam dispostos a vender os filhos para comprar alimentos.

V

A vigilância naval e a persistência no plano diplomático foram as armas usadas pela Grã-Bretanha na guerra contra homens como Andrade e Al-Zubayr. Na África Oriental e Ocidental, navios de guerra

britânicos bloqueavam os portos suspeitos de envolvimento no tráfico negreiro. As tropas estacionadas em terra atacavam e arrasavam as fortalezas que os defendiam, destruindo os barracões onde os escravos eram mantidos prisioneiros enquanto, no mar, navios de guerra fortemente armados interceptavam os traficantes. As disputas legais eram constantes, pois as operações de controlo da marinha de guerra britânica aos navios mercantes franceses e americanos eram motivo de irritação para os seus governos.

O Tesouro pagava um prémio de cinco libras por cada escravo libertado. Este dinheiro era repartido pelos membros da tripulação de acordo com o respetivo posto: após quatro anos de missões de patrulhamento bem-sucedidas no Atlântico, um marinheiro do HMS *Waterwitch* recebia 178 libras esterlinas, um suboficial superior tinha direito a 528 libras e o capitão a 2600²⁹. Era um generoso regime de compensação pelo exercício de funções, numa região onde a taxa de mortalidade por doença se situava entre cinco e 10 por cento. Uma rixa com um negreiro era uma pausa bem-vinda, que permitia quebrar a monotonia de várias semanas de viagem. Em 1840, um aspirante de marinha do HMS *Pickle* recorda, numa carta dirigida à mãe, a emoção que vivera quando o seu navio atacara um negreiro ao largo da costa cubana:

Foi magnífico! Ter o nosso nome impresso nos jornais por um feito como este. Não gostaria que tal acontecesse, minha querida mamã? Durante a perseguição afiei a lâmina da minha espada como um verdadeiro talhante. Foi maravilhoso ver como os nossos homens estavam ansiosos por usá-la.³⁰

A erradicação do comércio negreiro no Atlântico exigia a colaboração dos governantes dos Estados costeiros. Os cônsules ingleses faziam-nos prometer que não permitiriam o trânsito de escravos nos seus territórios, mas muitos recusavam-se a abdicar de uma valiosa fonte de rendimento. O rei Kosoko, de Lagos, era um reincidente persistente e, em finais de 1851, Palmerston, o ministro dos Negócios Estrangeiros de então, decidiu que era hora de lhe dar uma lição. Não podemos permitir que «os chefes africanos bárbaros» interrompam «a concretização de um propósito grandioso», afirmou. A ilha resistiu a um bombardeamento e a um assalto anfíbio, mas não aguentou uma segunda investida. O problema foi resolvido com granadas e morteiros incendiários *Congreve* (o seu trajeto involuntariamente errático convencia as vítimas de que estavam, de alguma maneira, a ser guiados

para os respetivos alvos), obrigando Kosoko a abandonar a capital do seu reino em chamas. O seu sucessor, o obediente Atikoye, desembarcou acompanhado pelos seus fuzileiros navais e casacas azuis. A Union Jack foi içada e 300 alunos de uma missão situada no interior do território cantaram *God Save the Queen*.

Lagos e as suas colónias do interior ficaram, assim, sob domínio britânico. A ilha tornou-se uma base de apoio para as esquadras de combate ao tráfico negreiro e um ponto de escoamento para as exportações de óleo de palma, uma atividade comercial aceitável do ponto de vista moral que se esperava que viesse a substituir o tráfico de escravos. Na metrópole, a anexação foi justificada por razões humanitárias, embora no parlamento persistissem dúvidas quanto às futuras despesas inerentes a uma nova colónia. Estava criado um dilema: seria possível eliminar o comércio de escravos com base na coerção marítima e na pressão diplomática, ou a concretização desse objetivo implicaria a ocupação do território? As anexações acarretavam despesas a longo prazo e eram, por isso, um anátema para os Whigs e os Liberais adeptos do princípio da governação barata e dos impostos baixos. No início da década de 1860, a questão do financiamento de uma série de fortalezas costeiras e colónias gerou alguma agitação no parlamento. Algumas haviam sido adquiridas à Dinamarca ao longo dos 50 anos anteriores e todas eram consideradas pontos estratégicos na guerra contra o comércio de escravos. O imperativo humanitário prevaleceu, mas a polémica chamou a atenção para a existência de fortes reservas políticas em relação às aquisições britânicas em África.

VI

A campanha contra o tráfico de escravos na África Oriental assentou numa abordagem idêntica, ou seja, no uso combinado da coerção naval e da persuasão diplomática. Nesta região, o comércio negreiro era controlado pelo sultanato de Zanzibar, um Estado mercantil fundado pelo príncipe de Omã, o sultão Sayyid al-Busaidi, na década de 1820. O sultão era um homem de negócios dinâmico com um toque de Midas e, graças a uma estreita colaboração com capitalistas indianos, construíra um império mercantil na África Oriental que acabara por abranger todo o litoral e era financiado pelos rendimentos provenientes do tráfico negreiro. Em 1870, entre 100 e 300 escravos eram vendidos, diariamente, no mercado

de Zanzibar, arrecadando o sultão uma percentagem por cada transação realizada. Alguns escravos ficavam em Zanzibar para trabalhar nas plantações de cravo-da-índia, que, em 1879, contribuíam com 190 mil libras para a economia da ilha. Al-Busaidi assinou tratados comerciais com a Grã-Bretanha, a América e a França, mas teve o cuidado de manter relações próximas com a primeira, a principal potência naval do oceano Índico.

No início da década de 1870, o futuro de Zanzibar parecia incerto. Em 1872, um furacão destruiu a frota ancorada do sultão Barghash, já desencorajado pelas recentes invasões do Uganda e do mar Vermelho pelo Egito. Para agravar ainda mais a situação, os seus benfeitores britânicos mostravam-se cada vez mais impacientes com a sua posição ambígua a propósito do comércio de escravos, tendo um diplomata chegado a queixar-se de que ele se refugiava nas «exasperantes artes do Oriente» para protelar a sua decisão. Os relatórios sobre as hesitações de Barghash irritaram os autores de dois inquéritos parlamentares, realizados em 1870 e 1871, levando-os a concluir que era chegada a hora de exercer uma pressão severa.

Em junho de 1873 o sultão cedeu e concordou em proibir o comércio de escravos. A presença de uma esquadra de navios de guerra britânicos, ao largo, ajudara-o a decidir-se. O lóbi antiesclavagista, na Grã-Bretanha, exultou de alegria e o primeiro-ministro, William Gladstone, recebeu com comoção a notícia da construção de uma catedral anglicana no local do antigo mercado de escravos.* Um cruzador permanentemente fundeado no porto de Zanzibar dava apoio às tropas terrestres e Kilwa, um dos principais pontos de escoamento dos negreiros, foi colocada sob um rígido bloqueio.

A renúncia ao comércio de escravos por parte de Barghash constituiu uma vitória, embora limitada. O governo de Gladstone caíra numa cilada da qual os seus sucessores ficariam reféns — tomou à letra as pretensões de um governante africano à soberania sobre regiões que não tinha capacidade para controlar. Em 1882, depois de escutar as queixas de um grupo de missionários sobre o rapto de 29 conversos da missão de Masasi (Tanzânia) por traficantes de escravos, foi «educado», mas «não nos ajudou». Ainda que tivesse vontade de o fazer, o que é duvidoso, Barghash não dispunha de forças policiais ou militares eficazes para atacar os bandos de negreiros que operavam nas zonas que se encontravam, nominalmente, sob o seu controlo.

* O zelo demonstrado por Gladstone era, certamente, o de um converso. A família fizera fortuna nas plantações das Índias Ocidentais e, no início de 1830, ele próprio fizera a apologia da escravatura na Câmara dos Comuns (n. de a.).

A guerra mais ou menos isolada travada pela Grã-Bretanha contra o comércio de escravos alcançou um enorme êxito. Entre 1810 e 1864, a Royal Navy libertou 150 mil escravos. Em 1864, o comércio atlântico (agora privado do mercado americano) encontrava-se em rápido declínio e as operações no oceano Índico sofreram um duro golpe, embora não fatal. Restava o comércio no interior do continente africano, favorecido pela distância geográfica e pela solidariedade dos regimes locais, e que só uma força superior conseguiria derrotar, conforme demonstrara a experiência no Sudão, no final da década de 1870. Em 1876, o *asantehene* Mensa Bonsu disse a um missionário metodista que o seu reino não podia sobreviver sem a escravatura.³¹

A erradicação da escravatura provocaria a deslocação económica em muitas zonas e apenas podia ser concretizada através da aplicação das duras medidas europeias nas regiões remotas do interior do continente, o que poderia implicar a conquista e a ocupação, uma possibilidade que, de momento, não era contemplada pelos britânicos. A França era a única potência que efetuava incursões em África, mas a abolição do comércio de escravos não era uma das suas motivações.